



ENTREVISTA COM LARISSA VIANA (UFF)*

Luis Guilherme Assis Kalil*

Hevelly Ferreira Acruche**

| 552

Apresentação:

Em setembro de 2024, na cidade de Marabá, os professores Hevelly Ferreira Acruche (UFJF) e Luís Guilherme Assis Kalil (UFRRJ) entrevistaram a

* Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do NUPEHC (Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural). Possui mestrado em História pela UFF (1998) e doutorado em História obtido na mesma instituição (2004). Tem experiência na área, com ênfase nos seguintes temas: escravidão e liberdade nas Américas e história social das Américas no século XIX como áreas prioritárias de ensino. Também no âmbito do ensino, dedica-se ao acompanhamento de pesquisas no Profhistória, particularmente através da orientação de trabalhos que tratem do antirracismo na formação escolar. Estudou aspectos da religiosidade colonial vinculados aos espaços institucionais das irmandades católicas através de fontes documentais variadas: compromissos religiosos, séries de testamentos, legislação colonial. As noções de identidade e o impulso antropológico foram centrais nestas pesquisas. Dedicou-se também ao estudo de formas de representação em torno da população negra, livre e escravizada, em perspectiva comparativa nas Américas através de relatos de viajantes do século XIX e da imprensa Oitocentista. As noções de história das ideias e história intelectual foram centrais nestas pesquisas. Dedicou-se atualmente à produção de material de ensino para a história das Américas no século XIX no nível de graduação, com ênfase na perspectiva da história social e nas dinâmicas de conexão entre diferentes contextos nacionais.

* Doutor em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor adjunto C-4 da área de História da América Colonial e América Independente no século XIX e integrante do corpo docente do Programa de Pós-graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - IM/Nova Iguaçu). Pesquisador associado aos grupos LAméricas. Estudos e pesquisas em História da América Colonial (UFMT/CNPq), LAMI. Laboratório de Mundos Ibéricos (UFRRJ/CNPq) e GEPAM. Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (UNIFESSPA/CNPq). Integrante do H-Moderna: Rede Brasileira de Estudos em História Moderna. Membro do Podcast Hora Americana. Possui experiência na área de ensino e pesquisa em História, com ênfase em História da América. Email: lgakalil@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4332-6735>

** Doutora em História pela mesma instituição, com bolsa de pesquisa concedida pela Capes. É vice-líder do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (GEPAM), grupo interinstitucional com sede na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). É professora de História da América na Universidade Federal do Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós Graduação em História da mesma instituição. Seus temas de interesse se concentram nas áreas de História da América e do Brasil colonial e independente, com ênfase nos estudos sobre escravidão africana e indígena, fronteiras, geopolítica e relações internacionais, circulação de pessoas, objetos e informações. Email: hfacruche@ufjf.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4895-6629>

professora Larissa Viana, da Universidade Federal Fluminense (UFF), durante o III Colóquio Internacional de História das Américas, realizado na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). O evento, intitulado “Continente Conectado: Fontes e Metodologias”, foi uma iniciativa do Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (GEPAm), liderado pelo professor Bruno Silva (UNIFESSPA), e contou com o apoio da CAPES e do CNPq.

A entrevista teve como norte a discussão sobre as raças e os racismos nas Américas. Especialista na discussão sobre o tema, a professora nos brindou importantes reflexões acerca do debate histórico e historiográfico em torno das raças e da emergência dos racismos. Indo de textos clássicos até renovadas leituras sobre o tema, apresentamos o resultado deste trabalho, de modo a fomentar a reflexão a respeito de um tema que possui uma dimensão conectada ao ultrapassar as fronteiras dos Estados Nacionais e apresentar-se tanto como um dos principais conceitos estruturantes das sociedades ocidentais quanto um dos principais problemas a serem enfrentados pelas mesmas.

Como ponto de partida para pensarmos os debates envolvendo raça e racismo, consideramos que seria importante abordar os usos e significados desses conceitos durante o período colonial. A partir de suas pesquisas, é possível identificar de que forma – ou formas – o termo “raça” foi utilizado entre os séculos XVI e XVIII? É possível falarmos de racismo neste período?

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de falar sobre essas questões, que trazem perguntas e reflexões tão importantes para este debate. Em relação a essa pergunta, eu gostaria de ressaltar que os termos raça e racismo apareceram para mim em primeiro lugar durante a minha pesquisa de mestrado, talvez até antes.

Eu fui bolsista da professora Martha Abreu¹ na Universidade Federal Fluminense (UFF) e foi quando eu comecei a ler relatos de viajantes europeus e americanos que visitaram o Rio de Janeiro no século XIX. Eu lia para a pesquisa da Martha sobre as festas populares, e a partir daí surgiu o meu próprio trabalho de mestrado², que buscava entender o olhar desses viajantes americanos no século XIX, especialmente em relação às questões raciais no Brasil e, particularmente, na cidade do Rio de Janeiro.

Depois, na pesquisa de doutorado³, que foi um trabalho mais voltado ao período colonial, essa temática apareceu novamente, porque eu comecei a estudar as irmandades de pardos no Brasil colonial com uma perspectiva que não era comparativa em relação a outras áreas americanas, mas na qual as leituras que abordavam essas outras partes sempre foram muito importantes. Eu estava sempre lendo sobre esses temas em relação a outras áreas das Américas. Este tema também esteve muito presente na minha atuação como professora de História das Américas, pois as questões sobre raça sempre atravessam esses cursos.

Em relação à utilização do termo raça no início do período colonial, eu me lembro do trabalho de Thomas Holt sobre o problema da raça no século XXI⁴, em que ele demonstra como este termo aparece nos dicionários de diferentes línguas europeias ao longo da época Moderna. É possível ver a utilização do termo raça pelo menos desde o século XVI em diferentes línguas, como o inglês, francês, espanhol e português.

¹ Professora titular do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, autora, entre outras obras, de *O Império do Divino*, Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900 (Autêntica, 1999) e *Da Senzala ao Palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930* (Editora da Unicamp, 2017)

² *As dimensões da cor: um estudo do olhar norte americano sobre as relações interétnicas, Rio de Janeiro, século XIX*. Dissertação de mestrado defendida em 1998 na Universidade Federal Fluminense sob orientação de Martha Campos Abreu.

³ Publicado em 2007 pela Editora da Unicamp com o título *O Idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*.

⁴ HOLT, Thomas C. *The Problem of Race in the 21st Century*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

Em minha pesquisa, percebi como este termo era associado, no período colonial, a questões religiosas e como marcador da diferença. Por exemplo: “raça de mouro”, “raça de judeu”. Neste momento de expansão do cristianismo, a questão da raça sempre aparecia para comunicar a diferença a partir de visões hierárquicas, porque não se encontra na documentação deste período referências à “raça de cristão”. Essa hierarquização também se relacionava à percepção sobre diferenças físicas, que estava associada ao início do tráfico e da escravidão em larga escala, com a formação de sociedades escravistas nas Américas. Eu acho que todos esses elementos se ligam ao termo raça no período colonial.

Ainda na visão de Thomas Holt, o termo “etnia”, em contrapartida, começou a aparecer nos dicionários a partir do século XIX, em meio à construção do campo da Antropologia e da Etnologia como disciplinas acadêmicas. Dessa forma, podemos identificar o termo raça como parte de um vocabulário utilizado na época Moderna para falar das diferenças e para hierarquizar, presente, além dos dicionários, também nas crônicas e no ambiente religioso durante este período.

Em relação à pergunta se é possível falarmos de racismo entre os séculos XVI e XVIII, acho importante lembrar o trabalho do Bruno Silva, *As cores do Novo Mundo*⁵, em que ele analisa relatos de viajantes e cronistas que argumentaram sobre a suposta degeneração dos povos americanos, particularmente a partir do século XVII. Eram visões que hierarquizavam populações tendo em vista percepções morais, religiosas, culturais e, também, físicas. Trabalhos como este têm feito um inventário da ideia de raça nas Américas do período colonial e tratam também da dimensão do racismo.

Outra obra que considero importante mencionar é a da minha colega de universidade Ynaê Lopes dos Santos⁶, em que ela faz uma história do racismo que

⁵ SILVA, Bruno. *As cores do Novo Mundo: degeneração, ideias de raça e racismos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Lisbon, 2020.

⁶ SANTOS, Ynaê Lopes. *Racismo brasileiro: Uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

vai tratar do tempo presente, mas que retorna ao período colonial utilizando este termo.

| 556

A partir dessas pesquisas, podemos observar que o termo racismo não estava presente no vocabulário da época Moderna, mas surgia nas práticas sociais e nas experiências cotidianas, que eram marcadas pela diferença e hierarquização a partir dos aspectos raciais. Por isso, acredito que é possível utilizar esses termos para abordarmos os tempos coloniais. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma opção acadêmica e também política.

Você comentou que “raça” é um termo presente em dicionários da língua inglesa, francesa, espanhola e portuguesa publicados durante o período colonial. As definições atribuídas à raça nestas diferentes línguas são semelhantes?

Eu acho que sim. Em todas estas línguas o termo “raça” é definido a partir de características físicas ou religiosas, atuando como um marcador das diferenças em um período de expansão e contato dos europeus com outras populações. Pensando neste sentido, podemos encontrar significados semelhantes em diferentes línguas.

Ainda pensando nos significados da palavra “raça” durante o período colonial, ficou claro que existe um forte componente religioso em sua utilização, visível nas referências a uma “raça de judeu” ou “raça de mouro”. Este termo também foi empregado na documentação colonial para se referir aos indígenas americanos?

Em minhas pesquisas, não encontrei na documentação referências à “raça de índios”. O que há são observações relacionadas às características físicas. Podemos lembrar do trabalho do John M. Monteiro⁷, que mostra que uma maneira de falar dos indígenas durante o processo de escravização e expansão das

⁷ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

fronteiras no interior paulista era através de expressões como “os pardos do cabelo corredo”, “os pardos de cabelo liso”. São indicações de diferenças físicas que podiam levar à própria escravização.

| 557

No século XIX, no Brasil, percebe-se um entendimento crescentemente racializado dessas populações. Como demonstrou John M. Monteiro em outro trabalho⁸, desenvolveu-se um pensamento brasileiro sobre raças indígenas no final do século XIX, quando foi criado o primeiro curso de Antropologia física do Museu Nacional. Naquele contexto, alguns estudos sobre povos indígenas pretendiam confirmar noções pré-concebidas sobre inferioridade racial de povos não europeus, presentes em parte significativa do pensamento social do período.

O historiador estadunidense James Sweet defende a noção de “*racism without race*”⁹ para tratar do período colonial. Já o historiador português Francisco Bethencourt¹⁰ defende que o racismo, na forma de preconceito étnico associado a ações discriminatórias, é motivado por projetos políticos. Você poderia comentar sobre esses pontos de vista e explicar as relações entre raça e racismo ao longo do tempo?

Eu acho que, para pensarmos as questões envolvendo raça e racismo ao longo do tempo, uma primeira referência que eu me lembrei, e que fez parte das minhas leituras da pesquisa de doutorado e também da prática como professora de História das Américas, é o Robin Blackburn e seus livros clássicos sobre a expansão da escravidão e da liberdade nas Américas¹¹.

⁸ MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 15-22.

⁹ SWEET, James H. The Iberian roots of American racist thought. *The William and Mary Quarterly*, vol. 54, n. 1, 143-166, 1997.

¹⁰ BETHENCOURT, Francisco. *Racisms, from crusades to the twentieth century*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

¹¹ BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno, 1492-1800*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

Acredito que a principal questão dessa relação entre raça e racismo ao longo da época Moderna é a dimensão da expansão do tráfico e do escravismo nas colônias. É preciso pensar a América como um lugar em que ingressaram cerca de 11,5 a 12 milhões (as estimativas variam) de escravizados do final do século XV até o século XIX. Blackburn enfatiza a relação entre a expansão do escravismo nas diferentes áreas americanas e a demanda europeia por produtos das áreas de *plantation*, como o tabaco, o cacau e o açúcar. Para ele, essa dimensão da raça em relação à escravidão no início da época Moderna era muito pensada a partir das genealogias bíblicas como marcadores de diferenças. O pecado original e, sobretudo, a passagem do livro de Gênesis que descreve a maldição de Cam foram utilizados como referências para a escravização das populações africanas. No entanto, o próprio Blackburn ressalta que a expansão do tráfico e do escravismo são elementos importantes para explicar a relação entre raça, política e economia ao longo do período colonial.

A pergunta destaca as visões de James Sweet e Francisco Bethencourt, nas quais a hierarquização e discriminação de populações não europeias são componentes dos processos de expansão e formação de sociedades coloniais nas Américas. Outra historiadora importante para pensar esta questão é Hebe Mattos, que aborda a possibilidade da alforria como aspecto relevante na definição das categorias através das quais as pessoas eram classificadas em sociedades escravistas americanas. Para Mattos¹², a escravidão e a multiplicação de categorias sociais referentes à população de descendentes de africanos apareceram como a expressão mais visível do Antigo Regime português sob uma perspectiva atlântica. Era uma concepção de sociedade idealmente imutável, mas que, na prática, estava em constante transformação, com a construção de uma nova ordem social do outro lado do Atlântico.

¹² MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, séc. XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; MATTOS, Hebe. "Pretos" and "Pardos" between the Cross and the Sword: Racial Categories in Seventeenth Century Brazil. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, vol. 80, 43-55, 2006.

Eu vi muito esse aspecto em minha pesquisa de doutorado, particularmente as relações entre a cor e a raça com as práticas cotidianas e a condição das pessoas. Entre estas categorias de época, se faziam também distinções entre pretos e pardos escravizados ou livres. Existia uma legislação discriminatória durante o Antigo Regime que defendia, por exemplo, que os negros não deveriam portar armas de fogo, ou que as mulheres não deveriam se vestir com determinadas sedas. Tratava-se de uma legislação sempre pautada por uma dimensão da diferença que recaía particularmente sobre as pessoas de ascendência africana através de legislações restritivas que existiram em diferentes partes das Américas.

Havia também legislações sobre os direitos. Por exemplo, o Código Negro no Caribe francês fala, desde o final do século XVII, sobre os direitos dos alforriados e sobre as heranças. No entanto, boa parte desta legislação enfatizava as restrições quando se ocupava dos direitos dos descendentes dos africanos em diferentes partes das Américas. Acredito que esta seja outra maneira para pensarmos as relações entre raça e racismo nas sociedades de Antigo Regime.

Retomando os trabalhos da Hebe Mattos¹³, ela argumenta que o final do período colonial, sobretudo a chamada “Era das Revoluções”, a partir do final do século XVIII, seria marcada nas Américas por uma “Modernidade Escravista”. Você tem um discurso liberal que fala de igualdade e liberdade política, mas, na prática, existem muitas dificuldades de tornar esses conceitos operativos, porque são sociedades que muitas vezes estão aprofundando as suas relações com a escravidão. Eu acho que esse é mais um momento no qual os argumentos sobre raça e racismo se fortalecem. Ao mesmo tempo em que surgem reflexões sobre a igualdade jurídica ou igualdade em termos de cidadania, existem restrições que impedem os negros e seus descendentes de votar. Dessa forma, acho que a ideia de uma “Modernidade Escravista” nos ajuda a pensar as relações entre raça e racismo, especialmente a partir do final do século XVIII.

¹³ MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

Como você entende o papel das Américas nesses debates, sobretudo em relação às questões conceituais em torno das ideias de mestiçagem e comunidades multiculturais e diaspóricas?

Para formular esta resposta, eu fiquei pensando muito nos trabalhos do professor Serge Gruzinski em torno da ideia de mestiçagem nas áreas americanas. Começando pelo título de um de seus livros, *O Pensamento Mestiço*¹⁴, ele mostra como o período colonial foi marcado pelo que ele denomina como um grande processo de Ocidentalização, com contatos permeados por diferentes níveis de violência. Esses contatos criaram novas formas de pensamento, com expressões variadas. A expressão linguística é um exemplo, com novas línguas sendo faladas por novas nações. Existe também um forte componente religioso nesses processos de Ocidentalização.

Quando eu estava pensando sobre esta pergunta, a primeira coisa que me veio à cabeça foi a imagem da Virgem de Guadalupe, que é retratada de uma maneira mestiça. Ao mesmo tempo que remete a Guadalupe, que era cultuada pelos conquistadores na Espanha, ela apareceu para um indígena. Eu acho que todo esse processo seria o de uma colonização do imaginário, como apontado pelo Gruzinski.

Eu também me lembrei do trabalho de minha colega Regina Celestino¹⁵, que aborda mais o Brasil. Ela aponta que muitos indígenas entravam várias vezes nas filas para serem batizados, o que revela como o entendimento daquele ato para eles era completamente diferente da concepção de batismo dos missionários.

Eu acho que a mestiçagem é um processo que age no âmbito dos conhecimentos, atravessado pelas violências, pelo conhecimento das línguas e das práticas culturais e religiosas. Por isso, acredito que este processo seja

¹⁴ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

formador dessas áreas americanas, mas é necessário pensar que havia adaptações e, ao mesmo tempo, resistências por parte das populações nativas em relação a esse grande processo de Ocidentalização.

| 561

Partindo para o século XIX, podemos perceber que esses marcadores étnicos começaram a desaparecer em diferentes sociedades americanas. No caso do Brasil, por exemplo, havia marcadores étnicos em relação aos indígenas na documentação que começam a desaparecer. Eles vão se tornando “caboclos” ou “pardos” em registros públicos em diferentes partes do Império, particularmente em meio às pressões pela ocupação de terras aldeadas comunitárias. A denominação mestiça atribuída aos indígenas era uma forma de legitimar a retirada de suas terras tradicionais, em muitas ocasiões.

No caso da Argentina, há um processo de branqueamento que era uma política de Estado desde o final do século XIX. As “Campanhas do Deserto” são um projeto de eliminação física das populações indígenas, o que vai fazendo com que estes termos desapareçam.

Em contrapartida, em locais como o México esses marcadores indígenas eram mais presentes e, ao longo do século XIX e ingressando no XX, esse discurso da mestiçagem como discurso nacionalista e o processo de formação de uma nacionalidade mexicana vai se sobrepondo às diversidades étnicas. Melhor dizendo, e me apoio aqui no trabalho da historiadora Florencia Mallon¹⁶, o século XIX foi de diálogo conflitivo entre o Estado mexicano e as populações indígenas, conforme se desenrolavam as tensões entre o liberalismo e os direitos tradicionais das comunidades. Mas no início do século XX, as populações indígenas não haviam sido totalmente marginalizadas sob o ponto de vista demográfico ou político, pois se tratava de uma sociedade multiétnica. O discurso da mestiçagem como projeto de nacionalidade atuava aí, pois visava converter o campesinato indígena em sociedade nacional mexicana.

¹⁶ MALLON, Florencia. Las sociedades indígenas frente al nuevo orden. In: VÁZQUEZ, Josefina Z.; GRIJALVA, Manuel Miño. *Historia general de América Latina*, Vol. VI. Ediciones Unesco/Trotta, 2007.

Podemos lembrar também do trabalho da historiadora Aline Helg sobre a Colômbia¹⁷. Ela aponta como, na virada do século XIX para o XX, a identidade dos colombianos como um povo andino, que se aproximava de uma identidade indígena do passado, era mais forte nacionalmente. Tratava-se de um discurso que pretendia apagar a memória negra das áreas costeiras, que haviam sido regiões escravistas até o século XIX.

Então eu acho que a noção de mestiçagem foi um tema forte conceitualmente nas Américas, pois distintas conjunturas históricas puderam ser interrogadas sob o enfoque das tensões étnicas, raciais e de projetos políticos que valorizavam as nações vistas como mestiças. Seria interessante avaliar se novos enfoques transnacionais, multiculturais e diaspóricos, como a pergunta menciona, enxergariam a noção de mestiçagem como um bom problema para interrogarmos as histórias do continente americano no presente.

Ainda em relação ao século XIX, quais são os impactos das transformações envolvendo a Segunda Escravidão nos debates historiográficos a respeito da raça e dos racismos?

Eu acho que primeiro é preciso dimensionar o entendimento dessas transformações do século XIX, como vocês perguntaram, a partir do viés dos debates sobre a Segunda Escravidão. Eu entendo a Segunda Escravidão como o momento de expansão da escravidão em três regiões em particular: Brasil, Cuba e Estados Unidos. Além disso, é preciso pensar o século XIX como o século da discussão das liberdades nas Américas e do avanço da discussão sobre o abolicionismo, tendo como marco a Revolução Haitiana, que relaciona a ideia da emancipação política com o fim da escravidão, e todo o impulso que esta revolução vai ter para o debate sobre abolicionismo e sobre o fim da escravidão em diferentes áreas americanas.

¹⁷ HELG, Aline. *Liberty and Equality in Caribbean Colombia, 1770-1835*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

Acredito que as pesquisas realizadas a partir da noção de Segunda Escravidão também nos fazem lembrar o oposto: o século XIX foi marcado pelo aprofundamento da escravidão em determinadas regiões, inclusive como instituição. É também um período de aprofundamento do debate abolicionista, que enfrenta a dimensão do racismo. Nós temos abolicionistas negros e brancos a frente dessas discussões, sobretudo na imprensa e na arena pública de uma maneira geral, realizando um debate que também se relaciona com a questão da raça e do racismo, embora seja eminentemente um debate sobre a emancipação, sobre o fim da escravidão. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem um reforço da escravidão como sistema fortemente baseado em argumentos racistas, de racialização da identidade negra. Eu acho que a principal contribuição que os debates em torno da Segunda Escravidão irão trazer para a discussão de raça e racismo é mostrar essas duas dimensões do século XIX: um avanço da escravidão como sistema em determinadas regiões das Américas e, ao mesmo tempo, o avanço das discussões sobre a liberdade.

Pensando em estudos históricos que abordam esse período em Cuba e nos Estados Unidos, lembrei do trabalho de Ada Ferrer¹⁸, que fala muito sobre como os processos de emancipação da escravidão e de independência em Cuba têm uma forte dimensão racial. Outros historiadores também demonstram isso muito bem: como a emancipação, a partir da década de 1860, contou com a participação da população negra e com lideranças militares negras. É nesse sentido que Ada Ferrer argumenta que a emancipação política era também uma discussão sobre a emancipação da escravidão. Quem estava lutando pela emancipação política no caso cubano estava atravessado por essa dimensão racial e já se falava mesmo da igualdade da cidadania negra uma vez alcançada a independência.

Já em relação aos Estados Unidos, lembrei dos trabalhos de Eric Foner. Lembro muito fortemente da leitura, ainda na graduação, do clássico *Nada além*

¹⁸ FERRER, Ada. *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution*. Cambridge University Press, 2015. Também da autora: *Cuba. An american history*. Scribner Book Company: 2021.

*da Liberdade*¹⁹, que tem um capítulo em que o autor faz uma “anatomia” da emancipação, percorrendo diferentes áreas americanas ao longo do século XIX, desde os Estados Unidos até regiões mais ao sul, particularmente o Caribe, pensando nos processos abolicionistas nessas diferentes áreas com todas as suas diferenças. Primeiro, analisando a abolição do tráfico, demonstrando seu impacto na desconstrução de sistemas escravistas no Caribe britânico e no reforço do abolicionismo internacional.

Na minha compreensão, um dos elementos mais fortes da relação sobre raça e racismo nos estudos históricos é quando se toma como referência não apenas os debates sobre a Segunda Escravidão, mas esse momento do século XIX em que se vai discutir de maneira mais frontal diferentes formas de se tentar limitar a participação política dos recém-libertos. Por exemplo, através de práticas constitucionais, como no caso dos Estados Unidos, onde há uma limitação do voto em vários estados a partir de um critério racial. Como demonstra Eric Foner, a cidadania negra não tinha garantias legais até a Guerra Civil (1861-65), pois as constituições estaduais limitavam o direito de voto de homens negros livres. Em 1850, apenas cinco estados permitiam o direito de voto sem restrições raciais: Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts e Rhode Island. Em 1870, a 15^a Emenda estipulou o voto masculino sem distinção de cor na Constituição nacional. Um direito que, na prática, só seria conquistado em toda a sua extensão no século XX.

Em relação ao Caribe inglês, Foner ressalta que a discussão sobre cidadania e participação política nessas regiões, nas quais o colonialismo se manteve, em alguns casos, até o século XX, ocorre após a 2^a Guerra Mundial. Ocorreram nestes locais muitas manobras políticas para barrar o acesso da população negra ao voto. Eu acho que essa é uma discussão central na relação entre raça e racismo nos estudos históricos.

¹⁹ FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. A emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Atualmente, embora se fale muito a respeito do multiculturalismo, com ênfase nas diversidades e heterogeneidades, há um fortalecimento de movimentos supremacistas brancos. Você poderia comentar sobre esses aspectos?

Eu pensei em comentar a partir do contexto dos Estados Unidos. Historicamente, as primeiras leis dos direitos civis – com essa mesma denominação – foram criadas no período imediatamente posterior à abolição, ainda na década de 1860. O acesso ao voto, ao trabalho e à educação por parte da população negra recém emancipada foi garantido na arena legal, a partir da Constituição.

As primeiras perdas expressivas de direitos civis após a abolição ocorreram principalmente a partir das décadas de 1880 e 1890, particularmente no âmbito da Suprema Corte. Existiram ganhos através da legislação e, ao mesmo tempo, estes avanços foram contidos a partir das constituições estaduais e da Constituição Federal. O avanço das chamadas leis Jim Crow, de discriminação de diversos tipos nos espaços públicos, escolas e locais de convivência, foi reforçando essa ideia de uma supremacia branca e da discriminação como uma prática institucionalizada. Quando a Suprema Corte reviu as leis dos direitos civis no caso conhecido como *Plessy v. Ferguson* (1896), que tratava justamente do acesso segregado às escolas, criou-se a doutrina “separados, mas iguais”. O estabelecimento de escolas separadas para atender brancos e negros passou a ser visto como constitucionalmente válido nas áreas segregacionistas, ainda que fosse contra o próprio texto da Constituição.

Essa discussão retornou com força nos anos 1950 e 1960, com o movimento dos direitos civis e, aí sim, com vitórias expressivas. Este também foi o momento de formação de muitos departamentos de história afro-americana nos Estados Unidos, que impulsionaram os estudos sobre o passado escravista e as relações raciais, gerando grandes reflexos na prática historiográfica. Acho que tem toda uma mudança em termos políticos nos Estados Unidos que também é bastante evidente nos estudos historiográficos.

Já em relação ao tempo presente, eu fiquei pensando na expectativa que havia com a eleição de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos. Se falava naquele momento da expectativa de uma era pós-racial. No entanto, ao mesmo tempo, há nos últimos anos um reforço de grupos supremacistas que funcionam como milícias que reafirmam as ideias de uma superioridade branca em diferentes áreas americanas, o que mostra que a gente não está vivendo uma era pós-racial.

Como apontei no início da entrevista, o historiador norte-americano Thomas Holt publicou no ano 2000 um livro cujo título era *O problema da raça no século XXI*. Este título retomava e atualizava uma fala de W.E. B. Du Bois presente no livro *As almas da gente do Povo Negro*²⁰. Du Bois começa sua obra falando exatamente isso: o problema da raça é o grande problema do século XX. Ele está escrevendo em 1903, a partir de toda a experiência que tem como professor no sul dos Estados Unidos, e afirma que a América é o lugar da dupla consciência: seria impossível ser negro e americano ao mesmo tempo. Já Thomas Holt está escrevendo na virada dos anos 2000, e sintomaticamente retoma essa frase para reafirmar a questão: qual é o estado desse problema da raça no século XXI? Ela permanece sendo uma questão atual. Um elemento de divisão, um elemento de reforço da violência cotidiana nos Estados Unidos. Mas também é uma questão que a gente pode explorar a partir de outros contextos americanos.

Ao menos desde o fim da 2ª Guerra Mundial, o termo raça caiu em desuso no âmbito acadêmico. No entanto, o racismo permanece como um elemento incontornável. Como isso pode ser pensado a partir dos estudos históricos?

Eu fiquei pensando muito nos marcadores de tempo que vocês colocaram, do pós-2ª Guerra Mundial como um momento de inflexão, com muitas pesquisas reafirmando a ideia de que não há raças na espécie humana.

²⁰ DU BOIS, W.E.B. *As almas do Povo Negro*. São Paulo: Veneta, 2021 [1903].

Este período foi marcado pela chegada de novas pessoas às universidades, mesmo nas universidades europeias. Trabalhadores que lutaram na guerra passaram a ocupar lugares na universidade, gerando novas discussões nesses ambientes. O termo “cultura” é um exemplo. Ele foi aparecendo cada vez mais nas pesquisas, e acredito que isto esteja ligado à própria fundação da Unesco no final da década de 1940.

No caso dos Estados Unidos, em particular, fiquei lembrando de Arthur Ramos, o primeiro diretor dessa área da Unesco que tratou especificamente da discussão sobre as relações raciais. Eu acho que não é à toa que tenha sido neste momento – final da década de 1940, saindo do Holocausto – que a Unesco começou a colocar a cultura e a educação como campos privilegiados para pensar como as barbaridades dos anos anteriores foram apoiadas por argumentos racistas, baseados na ideia da diferença.

Eu acho que esse período também foi definidor em relação às reflexões sobre o Brasil e a ideia de que aqui seria um “paraíso racial”. Existem dois campos de estudo que vão ser inaugurados nesse período. O primeiro, de americanistas como Donald Pierson, que veio para a Bahia e produziu estudos em que reafirma que os critérios raciais não eram os mais determinantes na organização da vida social no contexto por ele analisado. Já as pesquisas desenvolvidas também no âmbito da Unesco por Florestan Fernandes chegaram ao termo oposto: o aspecto racial seria uma dimensão estruturante de nossa sociedade. Quando se estabelece um corte racial, ficam muito visíveis as diferenças em relação ao acesso à educação, ao saneamento básico e à saúde, o que reforçaria a dimensão estruturante do racismo. Isso mostra que esse período também foi importante para fazer avançar as denúncias em relação ao racismo, identificando-o como um elemento estrutural da sociedade brasileira, reforçando essa pauta de pesquisa até a contemporaneidade.



Ainda em relação a esta pergunta, eu também fiquei pensando no livro de Paul Gilroy²¹ em que ele fala do multiculturalismo e da invenção da raça e faz um convite pra gente pensar e reposicionar essa discussão sobre a raça na contemporaneidade. Porque, apesar de ser tão claro que não há raças na espécie humana, o racismo existe. Além disso, esta questão também é importante na contemporaneidade pois o reconhecimento do racismo funda direitos através das políticas de reparação. As sociedades americanas, de uma maneira geral, são sociedades fundadas na violência do racismo, são herdeiras dessas práticas. Por isso, a discussão sobre raça permanece sendo uma discussão central, importante no sentido de que ela também é promotora das políticas de reparação. Não existe raça, mas continua a existir o racismo, por isso esse debate segue sendo um debate contemporâneo e relevante nas sociedades americanas.

²¹ GILROY, Paul. *Entre campos*. Nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.